

# Relatório Anual 2019

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência Contábil e Fiscal



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho**  
Itaqui/RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho  
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>957.440</b>	<b>821.749</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>551.124</b>	<b>497.137</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	14.220	10.180	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	247.723	145.885
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	35.902	23.423	Depósitos à Vista		112.586	102.144
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		35.902	23.423	Depósitos Interfinanceiros		97.059	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	194.711	75.895	Depósitos a Prazo		38.078	43.741
Carteira Própria		194.711	75.895	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		254.778	310.027
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		110.009	97.868	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	17
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	254.778	310.010
Correspondentes no país		160	65	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.949	1.451
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	109.849	97.802	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.949	1.451
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	565.729	592.714	OUTRAS OBRIGAÇÕES		46.674	39.774
Operações de Crédito		596.732	617.573	Cobrança e Arrecadação de Tributos		183	215
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(31.003)	(24.859)	Sociais e Estatutárias		15.660	14.710
OUTROS CRÉDITOS		24.847	21.070	Fiscais e Previdenciárias		1.279	1.518
Créditos por Avalis e Fianças Honrados	(NOTA 07)	153	49	Diversas	(NOTA 14)	29.552	23.331
Rendas a Receber		1.557	1.719				
Créditos Específicos		144	136				
Diversos	(NOTA 07 e 08)	23.571	19.647				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(578)	(481)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	12.022	599				
Outros Valores e Bens		11.994	605				
(Provisão para desvalorização)		(86)	(75)				
Despesas Antecipadas		114	69				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>350.122</b>	<b>329.976</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>380.636</b>	<b>303.449</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		350.122	329.976	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		380.636	303.449
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	10.552	30.539	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	299.011	256.651
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		10.552	30.539	Depósitos Interfinanceiros		-	12.855
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	282.718	246.300	Depósitos a Prazo		299.011	243.796
Operações de Crédito		306.420	263.509	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	81.625	46.798
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(23.702)	(17.209)	Repasse Interfinanceiros		81.625	46.798
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	5	4	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>375.802</b>	<b>351.139</b>
Diversos		5	4	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	(NOTA 16)	<b>156.920</b>	<b>160.361</b>
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	32.720	32.660	De Domiciliados no País		156.933	160.369
Outros Investimentos		32.720	32.660	(Capital a Realizar)		(13)	(8)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	18.830	14.495	RESERVAS DE SOBRAS		202.929	171.202
Imóveis de Uso		7.546	5.661	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		15.953	19.576
Outras Imobilizações de Uso		21.258	17.109				
(Depreciação acumulada)		(9.974)	(8.275)				
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	5.297	5.978				
Outros Ativos Intangíveis		12.301	11.622				
(Amortização acumulada)		(7.004)	(5.644)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.307.562</b>	<b>1.151.725</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.307.562</b>	<b>1.151.725</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho**  
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>67.234</b>	<b>-</b>	<b>67.234</b>	<b>137.712</b>	<b>2</b>	<b>137.714</b>	<b>135.069</b>	<b>1</b>	<b>135.070</b>
Operações de Crédito	65.501	-	65.501	133.913	2	133.915	129.882	1	129.883
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.732	-	1.732	3.794	-	3.794	5.186	-	5.186
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	5	-	5	1	-	1
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(40.228)</b>	<b>(32)</b>	<b>(40.260)</b>	<b>(71.459)</b>	<b>(63)</b>	<b>(71.522)</b>	<b>(56.433)</b>	<b>(53)</b>	<b>(56.486)</b>
Operações de Captação no Mercado	(11.698)	(32)	(11.730)	(22.105)	(63)	(22.168)	(17.484)	(53)	(17.537)
Operações de Empréstimos e Repasses	(9.852)	-	(9.852)	(20.189)	-	(20.189)	(22.590)	-	(22.590)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.678)	-	(18.678)	(29.165)	-	(29.165)	(16.359)	-	(16.359)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>27.006</b>	<b>(32)</b>	<b>26.974</b>	<b>66.253</b>	<b>(61)</b>	<b>66.192</b>	<b>78.636</b>	<b>(52)</b>	<b>78.584</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(13.915)</b>	<b>5.340</b>	<b>(8.575)</b>	<b>(29.228)</b>	<b>10.314</b>	<b>(18.914)</b>	<b>(28.206)</b>	<b>9.511</b>	<b>(18.695)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.672	8.829	11.501	5.492	17.613	23.105	5.271	15.337	20.608
Rendas de Tarifas Bancárias	3.885	-	3.885	7.726	-	7.726	7.520	-	7.520
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.334)	(1.300)	(13.634)	(23.917)	(2.566)	(26.483)	(23.707)	(2.283)	(25.990)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(11.181)	(1.301)	(12.482)	(22.425)	(2.597)	(25.022)	(21.218)	(2.375)	(23.593)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(340)	(478)	(818)	(390)	(921)	(1.311)	(83)	(772)	(855)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	11.499	184	11.683	20.569	(97)	20.472	20.038	617	20.655
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(8.116)	(594)	(8.710)	(16.283)	(1.118)	(17.401)	(16.027)	(1.013)	(17.040)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>13.091</b>	<b>5.308</b>	<b>18.399</b>	<b>37.025</b>	<b>10.253</b>	<b>47.278</b>	<b>50.430</b>	<b>9.459</b>	<b>59.889</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.865</b>	<b>71</b>	<b>1.936</b>	<b>1.928</b>	<b>71</b>	<b>1.999</b>	<b>143</b>	<b>73</b>	<b>216</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>14.956</b>	<b>5.379</b>	<b>20.335</b>	<b>38.953</b>	<b>10.324</b>	<b>49.277</b>	<b>50.573</b>	<b>9.532</b>	<b>60.105</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>434</b>	<b>434</b>	<b>-</b>	<b>(959)</b>	<b>(959)</b>	<b>-</b>	<b>573</b>	<b>573</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	273	273	-	(589)	(589)	-	344	344
Provisão para Contribuição Social	-	161	161	-	(370)	(370)	-	229	229
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(3.326)</b>	<b>-</b>	<b>(3.326)</b>	<b>(5.577)</b>	<b>-</b>	<b>(5.577)</b>	<b>(4.648)</b>	<b>-</b>	<b>(4.648)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>11.630</b>	<b>5.813</b>	<b>17.443</b>	<b>33.376</b>	<b>9.365</b>	<b>42.741</b>	<b>45.925</b>	<b>10.105</b>	<b>56.030</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.365</b>	<b>(9.365)</b>	<b>-</b>	<b>10.105</b>	<b>(10.105)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>11.630</b>	<b>5.813</b>	<b>17.443</b>	<b>42.741</b>	<b>-</b>	<b>42.741</b>	<b>56.030</b>	<b>-</b>	<b>56.030</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.788)</b>	<b>-</b>	<b>(26.788)</b>	<b>(36.454)</b>	<b>-</b>	<b>(36.454)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.840)	-	(6.840)	(9.679)	-	(9.679)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.596)	-	(1.596)	(1.958)	-	(1.958)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(14.358)	-	(14.358)	(17.619)	-	(17.619)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.994)	-	(3.994)	(7.198)	-	(7.198)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.953</b>	<b>-</b>	<b>15.953</b>	<b>19.576</b>	<b>-</b>	<b>19.576</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho

CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>156.055</b>	<b>139.385</b>	<b>20.009</b>	<b>315.449</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	9.042	-	(12.897)	(3.855)
Destinações para reservas	-	7.000	(7.000)	-
Outras destinações	-	-	(112)	(112)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.583	-	-	1.583
Baixas de capital	(15.482)	-	-	(15.482)
Resultado do período	-	-	56.030	56.030
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.958)	(1.958)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.619	(17.619)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.163	-	(9.679)	(516)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	7.198	(7.198)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>160.361</b>	<b>171.202</b>	<b>19.576</b>	<b>351.139</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.306</b>	<b>31.817</b>	<b>(433)</b>	<b>35.690</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2019</b>	<b>160.361</b>	<b>171.202</b>	<b>19.576</b>	<b>351.139</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.138)	(6.138)
Destinações para reservas	-	13.375	(13.375)	-
Outras destinações	-	-	(63)	(63)
Capital de associados				
Aumento de capital	720	-	-	720
Baixas de capital	(10.692)	-	-	(10.692)
Resultado do período	-	-	42.741	42.741
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.596)	(1.596)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.358	(14.358)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.531	-	(6.840)	(309)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.994	(3.994)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>156.920</b>	<b>202.929</b>	<b>15.953</b>	<b>375.802</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(3.441)</b>	<b>31.727</b>	<b>(3.623)</b>	<b>24.663</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não Auditado)</b>	<b>155.464</b>	<b>184.577</b>	<b>25.298</b>	<b>365.339</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	305	-	-	305
Baixas de capital	(5.380)	-	-	(5.380)
Resultado do período	-	-	17.443	17.443
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.596)	(1.596)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.358	(14.358)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.531	-	(6.840)	(309)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.994	(3.994)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2019</b>	<b>156.920</b>	<b>202.929</b>	<b>15.953</b>	<b>375.802</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>1.456</b>	<b>18.352</b>	<b>(9.345)</b>	<b>10.463</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho**  
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não Auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES DO RESULTADO</b>	<b>26.624</b>	<b>57.258</b>	<b>53.193</b>
Resultado do semestre/exercício	17.443	42.741	56.030
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>9.181</b>	<b>14.517</b>	<b>(2.837)</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	9.160	12.637	(3.429)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11	11	50
Provisão para desvalorização de outros créditos	9	97	6
Depreciação do imobilizado de uso	945	1.828	1.550
Amortização do intangível	710	1.360	1.203
Baixas do ativo permanente	25	26	3
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	7	15	(294)
Destinações ao FATES	(1.595)	(1.595)	(1.958)
Dividendos SicrediPar	(91)	138	32
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(191.680)</b>	<b>(17.761)</b>	<b>(98.126)</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5.720)	7.508	(51.229)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(194.711)	(118.816)	(22.168)
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.512	1	-
(Aumento) Redução em créditos vinculados	57	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(44)	(95)	20
(Aumento) em operações de crédito	(26.168)	(22.070)	(130.018)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	35.912	(20.423)	70.831
(Aumento) em outros créditos	(1.463)	(4.013)	(4.357)
(Aumento) em outros valores e bens	(10.490)	(11.434)	(107)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.557)	144.197	43.219
Aumento em relações interdependências passivas	1.427	498	43
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(12.357)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.476)	(2.897)	(2.384)
Aumento em outras obrigações	9.041	9.783	10.381
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(165.056)</b>	<b>39.497</b>	<b>(44.933)</b>
Aquisição de Investimentos	(59)	(60)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.395)	(6.189)	(4.944)
Aplicações no Intangível	(213)	(679)	(2.442)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.667)</b>	<b>(6.928)</b>	<b>(7.386)</b>
Integralização de capital	305	720	1.583
Baixa de capital	(5.380)	(10.692)	(15.482)
Juros ao capital próprio	(309)	(309)	(516)
Distribuição de Sobras	-	(6.201)	(3.967)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(5.384)</b>	<b>(16.482)</b>	<b>(18.382)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(175.107)</b>	<b>16.087</b>	<b>(70.701)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	299.176	107.982	178.683
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	124.069	124.069	107.982

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2020.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	14.220	10.180
Caixa	14.220	10.180
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	109.849	97.802
Total	124.069	107.982

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	35.902	23.423
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	25.699	23.423
DI entre Banco e Cooperativas	10.203	-
Total circulante	35.902	23.423
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.552	30.539
DI entre Banco e Cooperativas	10.552	27.631
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.908
Total não circulante	10.552	30.539

#### NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	194.711	75.895
Total circulante	194.711	75.895

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	216.640	189.440	406.080	411.114
Financiamentos	35.898	57.702	93.600	69.334
Financiamentos rurais e agroindustriais	344.194	59.278	403.472	400.634
Carteira total	596.732	306.420	903.152	881.082

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	153	-	153	49
Títulos e créditos a receber (i)	21.108	5	21.113	16.523
Total	21.261	5	21.266	16.572

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	2.810	-	-
Nível A	0,50	337.584	234.380	1.688	1.172
Nível B	1,00	313.037	406.850	3.130	4.068
Nível C	3,00	139.461	125.582	4.184	3.767
Nível D	10,00	79.020	91.336	7.902	9.134
Nível E	30,00	14.060	12.142	4.218	3.643
Nível F	50,00	11.147	5.917	5.574	2.959
Nível G	70,00	5.553	3.224	3.887	2.257
Nível H	100,00	24.556	15.413	24.556	15.413
Total (i)		924.418	897.654	55.139	42.413

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 144 (2018 - R\$ 136).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	11.849	53.464	98.170	139.961	303.444	304.615
Rural	3.195	51.590	289.409	59.278	403.472	400.634
Industrial	3	2.758	1.382	884	5.027	5.668
Comércio	2.009	19.162	34.921	58.589	114.681	108.110
Outros Serviços	757	18.241	31.083	47.713	97.794	78.627
Total	17.813	145.215	454.965	306.425	924.418	897.654

**d) Concentração das operações de crédito**

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	127.610	13,80	129.394	14,41
50 devedores seguintes	201.411	21,79	197.912	22,05
100 devedores seguintes	143.447	15,52	145.883	16,25
Demais	451.950	48,89	424.465	47,29
Total	924.418	100	897.654	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2019	2018
Saldo inicial	42.549	45.972
Constituição de provisão	29.165	16.359
Movimentação de baixados para prejuízo	(16.431)	(19.782)
Saldo final	55.283	42.549

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.312 (2018 - R\$ 9.923), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 129.607 (2018 - R\$ 108.118).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	88	116
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.373	882
Devedores por depósitos em garantia	152	84
Impostos e contribuições a compensar	26	1.302
Títulos e créditos a receber (ii)	21.108	16.519
Cotas de consórcio	158	139
Devedores por convênios	5	-
Operações com cartões	310	394
Pendências a regularizar	51	36
Outros	300	175
Total Circulante	23.571	19.647
Títulos e créditos a receber (ii)	5	4
Total não circulante	5	4

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2019	2018
Bens não de uso próprio	11.994	605
Imóveis	11.908	502
Máquinas e equipamentos	86	78
Bens em regime especial	-	25
Despesas antecipadas	114	69
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(86)	(75)
Total Circulante	12.022	599

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 86 (2018 - R\$ 78) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	18.402	18.386
Sicredi Participações S.A.	14.316	14.272
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	32.720	32.660

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	4.661.237 ON	4.632.617 ON	2	2	18.401.259	18.385.821
	9.699.034 PN	9.639.775 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,36%	1,62%	1,24%	1,24%	4,72%	4,80%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	14.316	14.272	2	2	18.402	18.386

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	28.804	(9.974)	18.830	14.495
Imobilizações em curso	-	3.323	-	3.323	1.726
Terrenos	-	27	-	27	27
Edificações	4%	7.519	(899)	6.620	5.010
Instalações	10%	7.679	(3.461)	4.218	4.054
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.145	(2.201)	2.944	2.065
Sistema de comunicação	10%	300	(183)	117	139
Sistema de processamento de dados	20%	3.798	(2.768)	1.030	991
Sistema de segurança	10%	554	(235)	319	219
Sistema de transporte	20%	459	(227)	232	264
Intangível (i)		12.301	(7.004)	5.297	5.978
Investimentos Confederação		12.301	(7.004)	5.297	5.978
Total		41.105	(16.978)	24.127	20.473

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 12 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	112.586	-	-	112.586	102.144
Depósitos Interfinanceiros	-	97.059	-	97.059	12.855
Depósitos a prazo	17.048	21.030	299.011	337.089	287.537
Total	129.634	118.089	299.011	546.734	402.536

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	254.778	310.010
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	254.778	310.010
Total circulante	254.778	310.010
Recursos do Crédito Rural	81.625	46.798
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	81.625	46.798
Total não circulante	81.625	46.798

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,75% a.a. com vencimentos até 27/12/2024, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.100	600
Obrigações por convênios oficiais	4	6
Provisão para pagamentos a efetuar	2.522	2.532
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	462	447
Outras Contingências	14	16
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.639	1.528
Pendências a regularizar	469	61
Operações com cartões	20.179	16.261
Demais fornecedores	930	762
Credores diversos	2.233	1.118
Total circulante	29.552	23.331

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	372	58	(30)	400
Cível	75	41	(54)	62
Total	447	99	(84)	462

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	400	372
Cível	Provável	62	75
Total		462	447

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 25; R\$ 754; R\$ 90 (2018 - R\$ 30, R\$ 538 e R\$ 143), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	156.920	160.361
Total de associados	64.927	64.025

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$(3.441) (2018 – R\$ 4.306), sendo R\$ 6.531 (2018 – R\$ 18.205) via integralização de resultados e R\$ 720 (2018 – R\$1.583), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 10.692 (2018 – R\$ 15.482).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,43% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.840, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

**NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.814 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	43.700	55.457
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.480)	(17.746)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	15	-
Provisão resgate de milhas cartão	-	(24)
Brindes e Doações	(51)	(15)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(18)	81
Receita com atos cooperativos	13.351	14.696
Juros sobre capital próprio	2.736	3.097
Prejuízo fiscal	428	-
Lucros e dividendos	36	74
Outros	24	(163)
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	573
Subtotal	16.521	18.319
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(959)	573

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	46.454	53.962
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	194.711	75.895
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	109.849	97.802
Outros Créditos - Rendas a receber	1.326	1.368
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	866	595
Investimentos (Nota 10)	32.720	32.660
Intangível (Nota 11)	5.297	5.978
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	13.623	12.855
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	336.403	356.808
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	19.919	16.395
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.976	5.186
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.494	7.960
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	14.199	12.972
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	1.814	-
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação no Mercado	767	-
Operações de Empréstimos e Repasses	20.189	22.590
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.327	2.260
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.186	7.863

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	49	0,04%	154
Depósitos a prazo	2.288	0,68%	1.807
Operações de crédito	2.770	0,31%	4.043

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.433	2.730

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	440	515
Despesa de aluguéis	1.958	1.977
Despesa de comunicação	782	897
Despesa de manutenção e conservação	1.868	1.814
Despesa de material	442	389
Despesa processamento dados	583	421
Despesa de promoções e relações públicas	2.138	1.391
Despesa de propaganda e publicidade	376	399
Despesa de seguro	200	200
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.671	2.970
Despesa de serviços de terceiros	661	637
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.397	1.373
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.868	1.585
Despesa de serviços de transportes	1.693	1.959
Despesa de viagem	144	126
Despesa de depreciação e amortização	1.828	1.550
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.360	1.203
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.915	2.385
Outras despesas administrativas	1.698	1.802
<b>Total</b>	<b>25.022</b>	<b>23.593</b>

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.045	2.065
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	13.340	11.882
Reversão de provisões operacionais	2.837	3.612
Outras rendas operacionais	3.250	3.096
<b>Total</b>	<b>20.472</b>	<b>20.655</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.320	2.529
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	715	463
Contribuição Confederação Sicredi	6.686	6.423
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	634	707
Encargos da administração financeira	71	79
Repasso administradora de Cartões	275	363
Outras despesas de Cartões	1.485	1.475
Outras provisões operacionais	2.832	2.750
Outras despesas operacionais	2.252	2.133
<b>Total</b>	<b>17.401</b>	<b>17.040</b>

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	71.838	78.302
Coobrigações em cessões de crédito	55	64
<b>Total</b>	<b>71.893</b>	<b>78.366</b>

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;



## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

<b>Limites operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>370.505</b>	345.161
<b>Nível I (NI)</b>	<b>370.505</b>	345.161
<b>Capital principal - CP</b>	<b>370.505</b>	345.161
Capital social	156.920	160.361
Reservas de capital	202.929	171.202
Lucros acumulados	15.953	19.576
Ajustes Prudenciais	(5.297)	(5.978)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>999.669</b>	1.050.099
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>989</b>	1.204
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>264.550</b>	233.697
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>37,06%</b>	32,87%
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b>	<b>18.832</b>	14.497
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>5,08%</b>	4,20%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Henrique Camargo de Assis  
Diretor Executivo  
CPF: 892.163.180-15

Cleber Daniel da Silva Oliveira  
Diretor de Operações  
CPF: 735.314.720-20

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20